

## **Relatório do Grupo de Trabalho Crédito Consignado sobre elevação do teto de juros**

Brasília, 26 de agosto de 2015

### **1. Introdução**

Desde maio de 2015 vem sendo discutida, no âmbito do Conselho Nacional de Previdência Social, uma proposta de aumento das taxas máximas vigente de 2,14% para 2,63% e 3,06 para 3,55 para o crédito consignado e para o cartão consignado, respectivamente, encaminhada pela Associação Brasileira de Bancos – ABBC. A proposta foi discutida em duas reuniões do Grupo de Trabalho Crédito Consignado, com apresentação dos argumentos da ABBC, do INSS e do Banco Central e amplamente debatida com os conselheiros. Diante das discussões mostra-se evidente que a maioria representada no GT é contrária à proposta apresentada pela ABBC, sendo que o tema será levado ao CNPS para a devida deliberação.

### **2. Contextualização da proposta da ABBC**

Na 216ª Reunião Ordinária do CNPS, em 26 de maio de 2015, a ABBC – Associação Brasileira de Bancos apresentou sua preocupação quanto ao crédito consignado e, em especial quanto à taxa máxima, atualmente fixada em 2,14%. A ABBC entende que o teto fixado está limitando a atuação dos bancos médios (com produção mínima de R\$ 5 milhões) e pede um aprofundamento do assunto no âmbito do Grupo de Trabalho Consignados levando-se em consideração os seguintes elementos: a forte elevação da SELIC nos últimos dois anos; a elevação do custo de processamento da DATAPREV; a elevação dos custos administrativos dos bancos; elevação do custo de captação dos bancos médios frente ao teto do INSS; a forte perda de competitividade dos bancos médios; deslocamento da política de vínculo do teto de juros com a SELIC; spread dos bancos médios. Em resposta, o Secretário Executivo do Conselho apontou que a posição do Governo era contrária ao aumento do teto das taxas aprovadas pelo CNPS, pois entende-se que ainda há possibilidade de o mercado assimilar as taxas que estão sendo praticas. Na ocasião, os conselheiros representantes dos trabalhadores e aposentados manifestaram-se contrários ao aumento da taxa de juros.

### **3. Primeira Reunião do GT Créditos Consignados**

Em 25 de junho de 2015, na 217ª reunião do CNPS o assunto voltou a pauta com a solicitação de que o GT Créditos Consignados debatesse a questão da taxa de juros, utilizando com base a apresentação feita pela ABBC. Em 22 de julho de 2015, o GT Créditos Consignados reuniu-se e foram apresentadas na discussão dados da ABBC, do MPS, do INSS e do Banco Central que serviram como insumos para os debates com os conselheiros.

Em relação à ABBC, relatou-se que o momento atual vivido pelo país está causando retração no crédito ofertado, o que gera impacto significativo para os beneficiários da Previdência. Ressaltou que a última fixação da taxa máxima ocorreu em 2012 e que, desde então, tem-se observado um deslocamento significativo em relação ao comportamento da SELIC, com inflação próxima a 24% desde a fixação até a data

presente. Ainda segundo a ABBC, há uma série de custos que estão sendo imputados pelo sistema financeiro que indicam a necessidade da revisão das taxas e que a proposta de aumento de 2,14% a. m. para 2,63% a.m. nos empréstimos consignados e de 3,06% a.m. para 3,55% a.m. para o cartão consignado é uma recomposição dos spreads do período em que foi fixado o teto de 2,14% a.m.

O INSS apresentou as regras as gerais do Crédito Consignado e a evolução do mercado ao longo dos anos de 2004 até a data atual. Segundo a série histórica apresentada, o número de empréstimos vem crescendo gradualmente, com variações residuais. De acordo com o INSS, não se verifica uma grande concentração de empréstimos em poucas instituições e que não foi observada uma retração do ponto de vista da oferta de crédito nem na quantidade de contratos que estão sendo firmados.

O Banco Central fez uma comparação entre as taxas praticadas para o servidor público, destacando que essas são menores do que as do INSS, o que foi rebatido pela ABBC aponto que se tratam de convênios diferentes e que as despesas do sistema aplicado ao servidor público conseguem ser absorvida, o que não ocorre com os empréstimos do INSS. Aproveitando a oportunidade, a ABBC destacou que em 2008 havia 64 instituições financeiras operando com mais de 5 milhões por mês e neste momento existem apenas 24 instituições operando com esse montante. Segundo a ABBC, “o ponto primordial de reflexão é que não se está jogando os juros para cima, mas tentando recompor custos”.

O Banco Central retoma a discussão apresentando suas conclusões quanto aos primeiros dados observados sobre o tema: observou que realmente são 23 instituições que contrataram no mês mais do que cinco milhões; atualmente esse mercado de consignado é muito competitivo e não fica claro como os bancos menores conseguiriam competir, levando em conta a diferença sobre o custo de captação. A ABBC respondeu que a concorrência vai permanecer da forma como está atualmente e que a questão maior é que alguns bancos estão abandonando essa linha de crédito porque a taxa máxima permitida não está compensando. Nessa linha, o Secretário Executivo do CNPS colocou que, já que não haverá repercussão no comportamento do mercado na oferta de créditos, não seria justificável passar para os aposentados uma mensagem de elevação da taxa máxima.

Os conselheiros representantes dos trabalhadores e aposentados mostraram-se contrários ao aumento das taxas de juros levantado os seguintes argumentos: quando houve redução da taxa Selic não houve proposta de redução da taxa de juros dos empréstimos consignados; o aumento da referida taxa aumentaria todos os juros de empréstimos pessoais e as demais taxas de crédito, em efeito cascata; existe um receio quanto ao aumento de endividamento dos aposentados.

O Secretário Executivo do Conselho destacou que, segundo os números expostos, não há uma oscilação no nível de contratação nem na oferta de créditos. Acordou-se que a discussão precisava ser aprofundada com a apresentação de mais elementos que

possam subsidiar os trabalhos do GT e, dessa forma, o tema foi reavaliado na segunda reunião do Grupo de Trabalho Consignados.

#### **4. Segunda Reunião do GT Créditos Consignados**

Em 12 de agosto de 2015, realizou-se a segunda reunião do GT Consignados com novas exposições da ABBC, do Banco Central e do INSS.

Nessa reunião a ABBC voltou a contextualizar o assunto relacionando novamente o teto da taxa máxima de juros com a SELIC, destacando custo de processamento da DATAPREV (elevação de aproximadamente 60%) e elevação da inflação que tem impacto direto no custo de captação dos bancos pequenos e médios, afetando a competitividade. A ABBC apontou que a linha de crédito consignado do INSS está estagnada em 28%, devido ao teto e, reafirmou que o pleiteado é uma recomposição do spread para o mesmo patamar em que estava no momento da fixação do teto em 2,14%. Na ocasião, a ABBC enfatizou a importância dos bancos médios para o sistema financeiro, inclusive na oferta de crédito e atendimento em áreas rurais.

O Banco Central concordou que os dados levantados pela ABBC trazem impactos para os pequenos e médios bancos, o que prejudica a concorrência, especialmente devido ao custo de captação. Por outro lado, o Banco Central apontou que, no crédito consignado para o INSS, todos os bancos já operam próximo ao teto e comparou com a taxa média praticada para os servidores públicos, que é abaixo da do INSS. Em relação ao estoque de concessão de crédito consignados, o Banco Central mostrou que não há redução e, também, que há uma forte competitividade no mercado de consignados e a portabilidade continua forte nessa linha de crédito. Em relação aos custos, o Banco Central apontou o uso de correspondentes bancários como sendo de valor elevado. Em relação a diversidade de operações, os bancos pequenos e médios ficam em desvantagem em relação aos grandes pois operam em poucas linhas, o que não permite uma compensação de algum prejuízo sofrido.

O INSS apresentou novos dados ao debate destacando que a mudança da carteira dos bancos médios para os grandes é uma consequência de um rearranjo do mercado. Em relação à concentração, mostrou, utilizando uma série histórica com o mês de abril de cada ano, de 2008 a 2015, que não há uma grande variação. O Secretário Executivo do CNPS destacou que há 26 milhões de potenciais beneficiários do crédito consignado, mas que é utilizado por cerca de 60% desse total.

Na manifestação dos representantes dos trabalhadores e aposentados, a COBAP destacou que o crédito consignado é muito importante para os aposentados e que existe uma preocupação quanto à possibilidade de os bancos deixarem de trabalhar com essa linha de crédito. Diante disso, sugeriu que fosse realizada outra reunião antes do dia da votação. A CONTAG mostrou-se preocupada quanto ao nível de endividamento dos aposentados, especialmente devido ao aumento da margem consignável para 35%. O SINTAPI/CUT acredita que o momento não propício para a elevação da taxa, visto que a margem consignável foi ampliada com o intuito de facilitar o pagamento das prestações, o que pode voltar a elevar-se em função do

aumento da taxa de juros. A CUT mostrou-se contrária ao aumento da taxa e que a apresentação do INSS não confirma os dados apresentados pela ABBC. Reafirmou que o GT precisa discutir a questão da margem consignável que a Central vai lutar para baixar a taxa SELIC. O SINDNAPI informou que a Força Sindical está estudando o tema internamente e ainda não têm uma posição fechada. Relatou a preocupação da entidade com o endividamento dos aposentados, mas consideram que o empréstimo consignado é a melhor linha de crédito, entre as existentes.

A ABBC esclareceu que quanto aos correspondentes houve uma Resolução do Banco Central disciplinando a forma de pagamento, o que diminuiu de maneira significativa o patamar de comissão pago. Quanto ao endividamento, citou a maior parte dos empréstimos consignados eram tomados para quitar dívidas anteriores com taxas mais altas, o que mostra a relevância dessa linha de crédito. Usando os dados apresentados pelo INSS, a ABBC aponta que existe uma baixa concentração bancária trabalhado com essa linha de crédito, o que é o grande receio da ABB. Em relação a essa questão, a CUT observa a associação de bancos menores com bancos maiores como normal, conforme ocorre com vários outros segmentos do mercado. A ABBC apontou que a concentração não é saudável a nenhum segmento da economia.

O Banco Central sugeriu que o GT realizasse uma nova reunião antes da apresentação ao CNPS.